

1. De acordo com a Resolução Técnica CBMRS N° 11 – Parte 1/2016: Saídas de Emergência e utilizando-se os dados da Tabela 1, em uma edificação escolar (Ocupação E1) de 3 pavimentos, onde a população do térreo é de 150 pessoas, a população do 2° pavimento é de 450 pessoas, e a população do 3° pavimento é de 300 pessoas, qual deve ser a largura mínima da única escada do prédio?

Tabela 1 - dados para o dimensionamento das saídas de emergência.

Ocupação		População (A) (B) (L) (P)	Capacidade da Unidade de Passagem		
Grupo	Divisão		Acessos/ Descargas	Escadas/ Rampas	Portas
A	A-1 e A-2	Duas pessoas por dormitório (C) (R)	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento (D)			
B		Uma pessoa por 15 m ² de área (F) (H)	100	75	100
C		Uma pessoa por 5 m ² de área (E) (K)			
D		Uma pessoa por 7 m ² de área (M)			
E	E-1 a E-4	Uma pessoa por 1,5 m ² de área de sala de aula (F) (G)			
	E-5 e E-6	Uma pessoa por 1,5 m ² de área de sala de aula (F)	30	22	30

- a) 3,0 m
b) 3,3 m
c) 5,5 m
d) 6,0 m
e) 6,6 m

2. Considerando ainda a Resolução Técnica CBMRS N° 11 – Parte 1/2016: Saídas de Emergência, é correto afirmar que devem possuir área de resgate com espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas, provida de dispositivo de comunicação de emergência ou intercomunicador:

- a) nenhum tipo de escada de emergência;
b) somente as escadas enclausuradas protegidas (EP);
c) somente as escadas enclausuradas protegidas (EP) e as escadas enclausuradas à prova de fumaça (PF);
d) somente as escadas à prova de fumaça (PF)
e) as escadas destinadas à saída de emergência.

3. Observando-se a legislação de prevenção contra incêndio vigente no estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que o(s) fator(es) que influencia(m) na determinação das distâncias máximas a serem percorridas em uma edificação é ou são:

- a) somente a existência ou não de sistema de chuveiros automáticos no prédio;
b) somente a existência ou não de sistema de detecção automática de incêndio;
c) somente o número de saídas de emergência disponíveis;
d) somente a classificação quanto ao tipo de ocupação conforme o decreto estadual n° 53.280/2016 e a classificação segundo suas características construtivas em X, Y ou Z;
e) a existência ou não de sistema de chuveiros automáticos no prédio, a existência ou não de sistema de detecção automática de incêndio, o número de saídas de emergência disponíveis, a classificação quanto ao tipo de ocupação conforme o decreto estadual n° 53.280/2016 e a classificação segundo suas características construtivas em X, Y ou Z.

4. Para a determinação dos tipos de medidas de segurança contra incêndio a serem implementadas em edificações a construir, com exceção dos usos classificados em I (industrial), J (depósito), L (explosivo) e M (especial), a lei complementar n° 14.376/2013 (atualizada até a lei complementar n° 14.924/2016) e o decreto estadual n.º 53.280/2016 estabelecem o(s) seguinte(s) critério(s) geral(is):

- a) somente a classificação da edificação quanto à ocupação/uso;
b) somente a classificação da edificação quanto à área construída;
c) somente a classificação da edificação quanto à ocupação/uso, área construída e altura;
d) somente a classificação da edificação quanto à classe de risco de incêndio;
e) a classificação da edificação quanto à ocupação/uso, quanto à área construída, quanto à altura e quanto à classe de risco de incêndio.

5. Brigada de Incêndio é um grupo organizado de pessoas treinadas e capacitadas para atuar na prevenção e combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, dentro de uma área pré-estabelecida. De acordo com a Resolução Técnica nº 014/BM-CCB/2009, quanto ao número total de pessoas treinadas exigidas por ocupação (respeitado o número mínimo de duas pessoas treinadas por ocupação e no máximo de 50% de sua população fixa), assinale a alternativa correta:
- a) depende somente da área da edificação;
 - b) depende somente do grau de risco de incêndio;
 - c) depende somente da existência ou não de sistema hidráulico de combate a incêndio na edificação;
 - d) depende somente da área da edificação e do grau de risco de incêndio;
 - e) depende da área da edificação, do grau de risco de incêndio, da existência ou não de sistema hidráulico de combate a incêndio e do número de saídas de emergência existentes na edificação.

6. Sobre o Plano de Emergência e de acordo com a NBR 15219/2005, é **INCORRETO** afirmar que:
- a) Uma cópia do plano de emergência deve estar disponível para consulta em situações de emergência para os profissionais qualificados em local de permanência humana constante;
 - b) A representação gráfica contida no plano de emergência contra incêndio deve estar afixada na entrada principal e em locais estratégicos de cada edificação;
 - c) Devem ser realizados exercícios simulados de abandono de área com a participação de toda a população somente para edificações de risco alto;
 - d) *What if, checklist, hazop*, árvore de falhas e diagrama lógico de falhas são técnicas de análise de riscos que podem ser utilizadas na elaboração do plano de emergência;
 - e) O plano de emergência deve ser revisado por profissional habilitado no máximo a cada 12 meses.

7. Sobre o Processo de Segurança contra Incêndio de Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI's) na forma completa, de acordo com a Resolução Técnica CBMRS nº 05 – Parte 1.1 e com o Decreto Estadual 53.280/2016, é correto afirmar:
- a) O Laudo Técnico de Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento deve ser apresentado somente para as edificações e áreas de risco de incêndio com classificação de risco médio e alto;
 - b) O Laudo Técnico de Segurança Estrutural em Incêndio deve ser apresentado somente para edificações com altura superior a 12m;
 - c) O Laudo Técnico de Segurança Estrutural em Incêndio pode ser elaborado somente por engenheiro civil, com a devida apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
 - d) Os Laudos Técnicos de Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento, de Segurança Estrutural em Incêndio e de Compartimentação Horizontal e/ou Vertical serão exigidos apenas na fase de vistoria;
 - e) A necessidade ou não de apresentação de Laudo Técnico de Segurança Estrutural em Incêndio não é influenciada pela área da edificação.

8. Sobre o Processo de Segurança contra Incêndio de Planos de Prevenção contra Incêndio (PPCI's) na forma completa, de acordo com a Resolução Técnica CBMRS nº 05 – Parte 1.1, é correto afirmar que é *de inteira responsabilidade do proprietário e do responsável pelo uso da edificação*:
- a) somente solicitar a renovação do Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio (APPCI), com a antecedência mínima de 2 (dois) meses;
 - b) somente a utilização da edificação ou área de risco de incêndio para o fim que foi declarado;
 - c) somente providenciar a manutenção das medidas de segurança contra incêndio instaladas;
 - d) somente atualizar o PPCI, caso haja alteração de layout, desde que não implique na apresentação de novo PPCI, conforme a legislação vigente;
 - e) solicitar a renovação do Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio (APPCI) com a antecedência mínima de 2 (dois) meses; a utilização da edificação ou área de risco de incêndio para o fim que foi declarado; providenciar a manutenção das medidas de segurança contra incêndio instaladas; atualizar o PPCI caso haja alteração de layout, desde que não implique na apresentação de novo PPCI conforme a legislação vigente.

9. Nos sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio, a capacidade das bombas principais, em vazão e pressão, deve ser suficiente para manter a demanda do sistema, de acordo com os critérios especificados em norma. Acerca do dimensionamento dessas bombas, analise as seguintes proposições:
- I. O dimensionamento de bombas de incêndio considera não só as perdas de carga nas tubulações, mas também as perdas de carga das mangueiras de incêndio.
 - II. Para o dimensionamento, deve ser considerado o uso simultâneo dos dois jatos de água mais desfavoráveis hidráulicamente.
 - III. A instalação elétrica de uma bomba de incêndio deve ser independente da instalação da edificação, pois em caso de interrupção elétrica do edifício, a bomba deve permanecer operante.

IV. No dimensionamento da bomba de incêndio, o cálculo da altura manométrica considera o acréscimo de pressão que ficará disponível pelo reservatório superior de água da edificação.

Estão corretas:

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas II, III e IV.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas I e IV.
- e) Todas as proposições.

10. Ações excepcionais são as que têm muito baixa probabilidade de ocorrência durante a vida da construção, mas que devem ser consideradas nos projetos de determinadas estruturas. Consideram-se como excepcionais as ações decorrentes de incêndios. De acordo com a NBR 15200, analise as proposições abaixo quanto ao projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio.

- I. A resistência à compressão do concreto e a resistência ao escoamento do aço da armadura passiva decrescem com o aumento da temperatura.
- II. O tempo requerido de resistência ao fogo (TRRF) de uma estrutura de concreto armado é definido a partir das características da edificação e do seu uso.
- III. As solicitações de cálculo em situação de incêndio podem ser calculadas admitindo-as iguais a 50% das solicitações de cálculo a temperatura ambiente.
- IV. Mesmo após a exposição ao fogo, o concreto não irá alterar sua aparência, permanecendo com a mesma cor e mesmo acabamento superficial.

Estão corretas:

- a) Apenas I, II e IV.
- b) Todas as proposições.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I, II e III.
- e) Apenas II e IV.

11. Com relação a NR 9 (Programa de Prevenção a Riscos Ambientais – PPRA), conforme a Portaria 3.214 do Ministério do trabalho, é correto afirmar que ela:

- a) Estabelece que a implementação do PPRA e sua adaptação nas empresas, no setor de serviços, são voluntárias.
- b) Determina que a implementação do programa e a participação dos empregados são de responsabilidade exclusiva do empregador.
- c) Propõe que o empregador faça adesão voluntária à manutenção de um registro de dados, o qual poderá se constituir em um histórico técnico do desenvolvimento do PPRA.
- d) Considera que os agentes físicos, químicos e biológicos, existentes nos ambientes de trabalho, representam risco ambientais capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
- e) Estabelece que as medidas de controle são necessárias quando o mapa de riscos elaborado pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) apontar riscos considerados altos para mais de 50% dos trabalhadores.

12. A NBR 10897 estabelece os requisitos mínimos para projeto e instalação de chuveiros automáticos. Em relação aos tipos de sistemas de chuveiros automáticos, há um que utiliza esses chuveiros fixados a uma tubulação que contém ar, podendo ou não estar sob pressão, conjugado a um sistema suplementar de detecção instalado na mesma área desses chuveiros automáticos. Tal sistema é o de:

- a) dilúvio
- b) anticongelamento
- c) ação prévia
- d) anel fechado
- e) tubo molhado

13. De acordo com a NBR 10898, que especifica as características mínimas para as funções a que se destina o sistema de iluminação de emergência a ser instalado em uma edificação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A manutenção da iluminação de emergência dos sistemas compostos por blocos autônomos deve ser semestral, com testes de estado de carga das baterias, colocando em funcionamento o sistema por no mínimo 1 hora ou metade do tempo garantido de funcionamento.
- b) A manutenção da iluminação de emergência dos sistemas compostos por blocos autônomos deve ser mensal, com a verificação da passagem do estado de vigília para estado ativo de iluminação.

- c) A distância máxima entre dois pontos de iluminação ambiente é equivalente a quatro vezes a altura da instalação destes em relação ao nível do piso.
- d) Deve constar no projeto do sistema de iluminação de emergência o tempo de comutação do sistema, que é o intervalo, em fração de segundos, entre o obscurecimento da área pela interrupção da rede elétrica da concessionária e o funcionamento da iluminação do sistema de iluminação de emergência.
- e) A função do sistema de iluminação de emergência é unicamente o aclaramento e a sinalização da área para evacuação de público.

14. De acordo com a NBR 17240 que define os objetivos da detecção e alarme de incêndio e suas implicações básicas para a segurança de pessoas, do patrimônio e do meio ambiente, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) A distância máxima a ser percorrida por uma pessoa, de qualquer ponto da área protegida até o acionador manual mais próximo, não pode ser superior a 30 m.
- b) Toda a rede de eletrodutos de um sistema de detecção e alarme de incêndio deve ser dedicada, ou seja, atender exclusivamente a este sistema.
- c) A periodicidade definida para as manutenções preventivas do sistema de alarme de emergência não pode ultrapassar três meses.
- d) Em toda instalação de sistema de alarme de incêndio é obrigatória a instalação de avisadores sonoros e visuais.
- e) O número de detectores pontuais de fumaça não é determinado em função da carga de incêndio do local.

15. A respeito dos requisitos gerais para a instalação de um sistema de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio, descritos na NBR 13714, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () Todos os sistemas devem ser dotados de dispositivo de recalque, que consiste num prolongamento de mesmo diâmetro da tubulação principal, com diâmetro mínimo DN50 (2") e máximo de DN100 (4").
- () O alcance do jato compacto produzido por qualquer sistema não deve ser inferior a 7 m, medido da saída do esguicho ao ponto de queda do jato.
- () Os pontos de mangotinhos devem ser distribuídos de tal forma que qualquer ponto da área a ser protegida seja alcançado por um esguicho, considerando-se o comprimento da mangueira em seu trajeto real mais o alcance do jato de água.
- () As mangueiras de incêndio devem ser acondicionadas dentro dos abrigos em ziguezague ou aduchadas, sendo que as mangueiras semi-rígidas podem ser acondicionadas enroladas.
- () Todo o sistema deve ser dotado de alarme visual, indicativo de uso de qualquer ponto de hidrante ou mangotinho, que é acionado automaticamente através de pressostato ou chave de fluxo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – V – F – F – V
- b) V – F – V – F – V
- c) V – V – F – V – F
- d) V – F – F – V – V
- e) F – V – V – F – F

16. De acordo com a NBR 14280, acidente do trabalho é a ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal. Acerca dos tipos de acidente, analise as afirmativas.

- I - Acidente sem lesão é o acidente que não causa lesão pessoal.
- II - Acidente impessoal é o acidente cuja caracterização independe de existir acidentado, não podendo ser considerado como causador direto da lesão pessoal.
- III - Acidente pessoal é o acidente cuja caracterização depende de existir acidentado.
- IV - Acidente de trajeto é o acidente sofrido pelo empregado no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do empregado, desde que não haja interrupção ou alteração de percurso por motivo alheio ao trabalho.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.

- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

17. De acordo com a NR 6, no que se refere ao uso, fornecimento, conservação e responsabilidades, quanto aos Equipamentos de Proteção Individual, apresentam-se as seguintes afirmativas:

- I. Cabe ao empregado responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica.
- II. Cabe ao empregador registrar o fornecimento e exigir seu uso.
- III. Cabe ao empregado usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina.
- IV. Cabe ao empregador orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda, conservação e compartilhamento.
- V. Cabe ao empregado cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas corretas.

- a) II, IV.
- b) I, IV, V.
- c) II, III, V.
- d) I, III, IV, V.
- e) I, II, III, IV, V.

18. Tendo em vista a NR 35, a qual estabelece requisitos mínimos e medidas de proteção para o trabalho em altura, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos, assinale a afirmativa correta dentre as alternativas apresentadas a seguir:

- a) considera-se trabalho em altura toda atividade executada acima de dois metros do nível inferior, onde haja risco de queda.
- b) considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de vinte horas.
- c) no planejamento do trabalho em altura devem ser adotadas primeiramente medidas que minimizem as consequências da queda.
- d) na análise de riscos que precede o trabalho em altura deverão ser considerados, dentre outros fatores, o isolamento e sinalização no entorno da área de trabalho, o estabelecimento dos sistemas e pontos de ancoragem, e ainda, os riscos adicionais, dispensando-se a verificação das condições meteorológicas adversas.
- e) para desenvolvimento de atividades não rotineiras de trabalho em altura a análise de risco poderá estar contemplada no respectivo procedimento operacional, dispensando-se neste caso a autorização mediante Permissão de Trabalho.

19. No que se refere às medidas de proteção contra quedas de altura, conforme disposições da NR 18, considerando-se a obrigatoriedade de instalação de proteção coletiva onde há risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais, analise as seguintes afirmativas.

- I. Em todo perímetro da construção de edifícios com mais de quatro pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno. Tal plataforma deverá ser instalada logo após a concretagem da laje a que se refere e retirada, somente, quando a vedação externa do prédio acima dessa plataforma estiver concluída.
- II. Acima e a partir da plataforma principal de proteção, devem ser instaladas, também, plataformas secundárias de proteção, em balanço, de três em três lajes. As plataformas secundárias devem ter, no mínimo, um metro e quarenta centímetros de balanço e um complemento de oitenta centímetros de extensão, com inclinação de quarenta e cinco graus, a partir de sua extremidade.
- III. Na construção de edifício com pavimentos no subsolo, devem ser instaladas, ainda, plataformas terciárias de proteção, de duas em duas lajes, contadas em direção ao subsolo e a partir da laje referente à instalação da plataforma principal de proteção.
- IV. No perímetro da construção de edifícios, além da necessidade de instalação das plataformas, deverá haver fechamento com tela a partir da plataforma principal de proteção. A tela deverá ser instalada entre as extremidades de duas plataformas de proteção consecutivas, só podendo ser retirada quando a vedação da periferia, até a plataforma imediatamente superior, estiver concluída.
- V. Como medida alternativa ao uso de plataformas, principal e secundária, pode ser instalado Sistema Limitador de Queda de Altura, com a utilização de redes de segurança. Tal sistema deve ser composto, no mínimo, por: rede de segurança; cordas de sustentação ou de amarração e perimétrica da rede; conjunto de sustentação, fixação e ancoragem e acessórios de rede.

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas corretas.

- a) I, II, III, IV, V.
- b) I, II, III, IV.
- c) II, III, IV, V.

- d) II, III, IV.
- e) I, II, V.

20. Devido à necessidade de estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção, publicou-se a NR 18. Com base em tal regulamentação assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) os canteiros de obras, onde houverem trabalhadores alojados, devem dispor de: instalações sanitárias; vestiário; local de refeições; cozinha, quando houver preparo de refeições; alojamento; lavanderia; área de lazer; e ainda, ambulatório, quando se tratar de frentes de trabalho com cinquenta ou mais trabalhadores.
- b) são obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) nos estabelecimentos com vinte trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR 18 e outros dispositivos complementares de segurança, dispensando-se nesse caso o atendimento às exigências contidas na NR 9.
- c) as escadas provisórias de uso coletivo devem ser dimensionadas em função do fluxo de trabalhadores, respeitando-se a largura mínima de oitenta centímetros, devendo ter pelo menos a cada 2,90m (dois metros e noventa centímetros) de altura um patamar intermediário.
- d) as escadas de mão poderão ter até sete metros de extensão e o espaçamento entre os degraus deve ser uniforme, variando entre 0,25m (vinte e cinco centímetros) e 0,30m (trinta centímetros).
- e) durante a execução de serviços de demolição, devem ser instaladas, no máximo, a dois pavimentos abaixo do que será demolido, plataformas de retenção de entulhos, com dimensão mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e inclinação de quarenta e cinco graus, em todo o perímetro da obra.

21. Levando-se em consideração o correto dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, conforme determina a NR 4, apresentam-se as seguintes afirmativas.

- I. Empresas enquadradas no grau de risco 3 (três), com número de empregados no estabelecimento igual a 400 (quatrocentos), deverão ter pelo menos 3 (três) Técnicos de Segurança do Trabalho e um Engenheiro de Segurança do Trabalho (em tempo parcial).
- II. Hospitais, Ambulatórios, Maternidade, Casas de Saúde e Repouso, Clínicas e estabelecimentos similares, com mais de quinhentos empregados, deverão contratar um Enfermeiro em tempo integral.
- III. Empresas enquadradas no grau de risco 4 (quatro), com número de empregados no estabelecimento igual a 70 (setenta), deverão ter pelo menos 1 (um) Técnico de Segurança do Trabalho.
- IV. Em se tratando de canteiros de obra, com menos de mil empregados e situados no mesmo estado, o dimensionamento será feito considerando a empresa de engenharia principal responsável, e não o canteiro isoladamente, de forma que os Técnicos de Segurança do Trabalho e Auxiliares de Enfermagem do Trabalho poderão ficar centralizados.
- V. Empresas enquadradas no grau de risco 2 (dois), com número de empregados no estabelecimento igual a 3000 (três mil), deverão ter pelo menos 5 (cinco) Técnicos de Segurança do Trabalho, 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, 1 (um) Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, 1 (um) Enfermeiro do Trabalho e 1 (um) Médico do Trabalho.

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas corretas.

- a) IV, V.
- b) I, IV.
- c) II, III, V.
- d) I, II, III, IV.
- e) I, II, III, V.

22. Com relação à segurança e à saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços de eletricidade, conforme as disposições regulatórias da NR 10 é **INCORRETO** afirmar:

- a) nas instalações elétricas de áreas classificadas ou sujeitas a risco acentuado de incêndio ou explosões, devem ser adotados dispositivos de proteção, como alarme e seccionamento automático para prevenir sobretensões, sobrecorrentes, falhas de isolamento, aquecimentos ou outras condições anormais de operação.
- b) as operações elementares como ligar e desligar circuitos elétricos, realizadas em baixa tensão, com materiais e equipamentos elétricos em perfeito estado de conservação, adequados para operação, podem ser realizadas por qualquer pessoa não advertida.
- c) as vestimentas de trabalho devem ser adequadas às atividades, devendo contemplar a condutibilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas.
- d) cabe aos trabalhadores, na ocorrência de acidentes de trabalho envolvendo instalações e serviços em eletricidade, propor e adotar medidas preventivas e corretivas, e ainda, zelar pela sua segurança e saúde e de outras pessoas que possam ser afetadas por suas ações ou omissões no trabalho.

e) como medida de proteção coletiva deve-se, prioritariamente, buscar a desenergização elétrica, porém, na sua impossibilidade deve-se empregar a tensão de segurança.

23. Com relação às licitações, execução e acompanhamento dos contratos administrativos de Obras e Serviços de Engenharia, regidos pela Lei 8.666, é correto afirmar que:

- a) as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver projeto básico e seu respectivo orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos seus custos unitários.
 - b) a execução do contrato deverá ser fiscalizada por uma empresa privada especialmente contratada para este fim.
 - c) não é necessário fiscalizar contratos de obras oriundos de dispensas de licitação e convites devido ao seu baixo valor de contratação.
 - d) é dispensada a licitação para obras e serviços de engenharia de valor inferior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
 - e) o projeto básico é obrigatório somente para contratações mediante o regime de execução de empreitada por preço global.
-

24. A Lei 8.666 possui uma seção específica que regulamenta o tema Habilitação, artigos 27 a 33, delimitando a relação de elementos que poderá ser solicitada no Edital. Com base em tal fato, analise a relação apresentada a seguir:

- I. Certidão negativa de débitos trabalhistas; atestado de capacidade técnico-profissional.
- II. Certidão de tempo de serviço mínimo; registro na entidade profissional competente.
- III. Comprovação de que possui filial no local de execução do contrato; selo de qualidade ISO (International Organization for Standardization).
- IV. Certificação PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat); contrato social.
- V. Comprovação de que a licitante realizou visita técnica; prova de regularidade relativa à seguridade social.

Diante do exposto, de acordo com a legislação supramencionada, quais afirmativas relacionadas anteriormente apresentam somente documentos possíveis de serem exigidos?

- a) II, IV, V.
 - b) I, III, IV.
 - c) III, IV, V.
 - d) I, IV.
 - e) I, V.
-

25. Quanto aos contratos administrativos de obras e serviços de engenharia, regidos pela Lei 8.666/1993, é correto afirmar que:

- a) para obras de edificações, exceto reformas, a Administração poderá acrescentar e suprimir, unilateralmente, somente até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
 - b) o prazo de execução de uma obra não poderá em hipótese alguma ultrapassar 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.
 - c) é permitido ao licitante, quando da apresentação da proposta, acrescer ao preço ofertado percentuais de correção monetária.
 - d) o regime de execução de empreitada por preço unitário deve ser preferido nos casos em que, pela natureza do objeto, se tem precisão quantitativa, como é o caso de obras novas de edificações.
 - e) em contratos por escopo não é permitida a prorrogação do prazo de execução.
-